



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639948 - SP (2021/0012212-3)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DAVID DE CASTRO
ADVOGADO : DAVID DE CASTRO - SP360170
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS FERNANDO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS FERNANDO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 1500202-18.2020.8.26.0610).

O paciente foi preso em flagrante delito no dia 11/10/2020, pela prática, em tese, do delito previsto no art. 310, II, do CP, cuja prisão foi posteriormente convertida em preventiva.

Sustenta o impetrante a ausência de fundamentação idônea a justificar a necessidade da custódia cautelar.

Aponta a ocorrência de nulidade, ao argumento de que não foi oficiada à Defensoria Pública para acompanhar a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva.

Discorre acerca das condições pessoais do paciente, aduzindo que não estão presentes os pressupostos que autorizam a medida extrema, a teor do que dispõe o art. 312 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se alvará de soltura em favor do paciente. Subsidiariamente, pugna pela aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente writ não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do ora paciente.

Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência